



**MOBILIDADE E TERRITÓRIO:
SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA COMPREENDER A
MOBILIDADE POPULACIONAL NA GEOGRAFIA¹**

**MOBILITY AND TERRITORY:
THEORETICAL-METHODOLOGICAL SUBSIDIES TO UNDERSTAND
POPULATION MOBILITY IN GEOGRAPHY**

**MOVILIDAD Y TERRITORIO:
SUBSIDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA COMPREENDER LA
MOVILIDAD POPULACIONAL EN GEOGRAFÍA**

Adriano Amaro de SOUSA

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Unesp/PP

Endereço: Rua: Antônio Espigarolli, 442, Pq. Alvorada, Presidente Prudente, SP,
Brasil. Email: adramaro@yahoo.com.br

Resumo: É na era da globalização que vivenciamos um intenso *movimento* de fluxos de mercadorias, de circulações de informações e de deslocamentos de pessoas, sendo este último, o movimento populacional centrado na mobilidade e no território, o objetivo central desse artigo. Para tanto, os aspectos metodológicos são descritos pelos fatores conceituais da mobilidade (históricos-descritivos-analíticos) e pelas diversas formas de abordagens territoriais, por meio da revisão bibliográfica da literatura especializada. A estrutura do texto procurou compreender os aspectos da mobilidade na geografia via os clássicos desta ciência, procurando relacionar os conceitos de território-mobilidade-rede para a dinâmica populacional e, por fim, apontar as condicionantes da mobilidade espacial e social na migração através dos pares dialéticos mobilidade-permanência.

Palavras-chave: mobilidade-permanência, território, mobilidade espacial e social.

Abstract: It is in the era of globalization that we experience an intense movement of goods flows, information flows and movements of people, the latter being the population movement centered on mobility and territory, as the central objective of this article. For this, the methodological aspects are described by the conceptual factors of mobility (historical-descriptive-analytical) and by the various forms of territorial approaches, through the literature review of specialized literature. The structure of the text sought to understand the aspects of mobility in geography via the classics of this science, seeking to relate the concepts of territory-mobility-network to population dynamics and, finally, to point out the determinants of spatial and social mobility in the migration through the dialectical pairs mobility-permanence.

Keywords: mobility-permanence, territory, spatial and social mobility.

Resumen: Es en la era de la globalización que vivimos un intenso movimiento de flujos de mercancías, de circulaciones de informaciones y de desplazamientos de personas, siendo este último, el movimiento poblacional centrado en la movilidad y en el territorio el objetivo central de ese artículo. Para ello, los aspectos metodológicos son descritos por los factores conceptuales de la movilidad (histórico-descriptivos-analíticos) y por las diversas formas de abordajes territoriales, por medio de la revisión bibliográfica de la literatura especializada. La estructura del texto buscó comprender los aspectos de la movilidad en la geografía vía los clásicos de esta ciencia, buscando relacionar los conceptos de territorio-movilidad-red para la dinámica poblacional y, por fin, apuntar las condicionantes de la movilidad espacial y social en la migración por los pares dialécticos movilidad-permanencia.

Palabras clave: movilidad-permanencia, territorio, movilidad espacial y social.

¹ Este texto foi selecionado para ser apresentado em mesa-redonda do evento I Colóquio "A reinvenção do Território: um debate contemporâneo", realizado nos dias 05 e 06 de outubro de 2017 e organizado pela equipe vinculada ao projeto de pesquisa FAPESP n. 2015/17945-3.

Introdução

A mobilidade, na Geografia, tem no território o *movimento* do acontecer pelas relações sociais, fruto do que Santos (2009) chamou de *quadro da vida*, pois é no território “que desembocam as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (p. 9). Portanto, a ciência da produção do espaço se impõe(m) como condição primordial na existência do indivíduo e, sobretudo, nas suas relações com a coletividade. Tal condição social precede, antes de mais nada, de um contexto geográfico balizado na dinâmica territorial e na sua interação com a natureza.

Neste texto, visualizamos o *movimento* do acontecer pelas relações sociais (pessoas), por meio das múltiplas escalas (geográfica/temporal), configuradas na modernidade, tendo centralidade no espaço e no território pelos pares dialéticos mobilidade-*permanência*. É na era da globalização que vivenciamos um intenso *movimento* de fluxos de mercadorias, de circulações de informações e de deslocamentos pessoas, sendo este último, o movimento populacional centrado na mobilidade pelos fatores conceituais históricos-descritivos-analíticos e as diversas abordagens de territórios.

Assim, a estrutura do artigo procura compreender os aspectos da mobilidade na Geografia a partir dos clássicos dessa ciência, procurando relacionar os conceitos de território-mobilidade-rede para a dinâmica populacional e, por fim, apontando as condicionantes da mobilidade espacial e social na migração. Todavia, utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica da literatura especializada sobre mobilidade a fim de compreender a mobilidade espacial/social e as suas interfaces com a geografia.

1. Geografia e mobilidade

O trabalho seminal (ou mais consistente) sobre mobilidade na geografia tem referência em Max Sorre, que compreende a mobilidade de objetos (transportes) e de pessoas (deslocamentos humanos). Cabendo a este último a possibilidade da riqueza em análises e estudos sobre os conceitos de nomadismo e de migração. Já os objetos são meios que favorecem a circulação e o povoamento da Terra (ocupação ou colonização) através dos oceanos. Sorre (1984), por sua vez, desenvolve uma teoria geográfica para as ciências sociais tendo como base o *movimento* no território.

O que a terra encerra? Evidentemente, o homem e suas obras. Existe uma geografia humana como existe uma geografia botânica e uma geografia zoológica. Para todas, a noção de domínio, de área e de extensão é essencial, pois são geografias, disciplina do espaço. Os gregos denominavam o ecúmeno à área de extensão do homem. Estas palavras abarcam dois elementos associados: a ideia de um espaço terrestre com limites e a ideia de ocupação pelo homem, esta última implicando fixação, estabilidade. E nos deparamos pela primeira vez com o tema fundamental do arraigamento ao solo, da permanência (p. 126).

As ciências da natureza e as ciências do homem conhecem o fenômeno da mobilidade e da *permanência*, sejam pelas explicações históricas ou pelas explicações ecológicas, abarcando o movimento da vida humana ou animal/vegetal. Ambas têm abordagens no território, sendo o homem o ser mais dotado de mobilidade. Porém, a análise geográfica como nos propõe(m) Sorre (1984), procura aproximar sociedade e natureza, tendendo mais para a geografia humana com o conceito de *permanência* quando ocorre o equilíbrio/estabilidade entre *habitat* e *recurso*. Assim, “o estudo dos vínculos entre homem e meio – as ações, relações, interações – explica o fenômeno do arraigamento” (SORRE, (1984 p. 127). Sendo o *ecúmeno* a expressão de apropriação e de solo habitável, transformada pela ação do homem se configurando em espaço geográfico, dando possibilidades de territorialização aos migrantes no território.

O conceito de território, em Sorre (1984), esteve associado ao apego/fixação do homem ao solo na efetivação da vida humana e as suas relações com os recursos naturais, bem próximo ao conceito de F. Ratzel² que entende o território ora como solo e ora como Estado-Nação. Já a mobilidade territorial na modernidade pode ser uma perturbação das noções de *habitat* (meio) e de *trabalho* (subsistência) na nova ordem global (flexibilização e tecnificação), não atendendo as necessidades dos migrantes. Dentre eles destacamos o camponês, como um errante da mobilidade rural-rural, rural-urbana e urbana-industrial³.

² O pensamento de “[...] Ratzel dá uma importância central ao território na solidez do Estado, que fez uma abordagem naturalizada do território, ligado ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o crescimento espacial dos Estado. Vale apenas chamar a atenção, mais uma vez, para o caráter ideológico evidente no discurso e na Geografia ratzeliana, que em alguns momentos justifica o expansionismo do Estado alemão” (RIBAS, 2000, p. 170).

³ A cidade e os “seus traços são fisionômicos e são a expressão concreta/durável de gênero de vida urbano, dominado pela atividade da circulação, oposto aos gêneros de vida rurais” (SORRE, 1984, p. 116). Por gênero de vida Sorre entende os elementos que estabelecem o equilíbrio e a coesão interna de um grupo via aglutinações de técnicas efetivadas em um determinado território/solo. Desse modo, a fundamentação do conceito de território de Ratzel esteve sempre estruturado nesse tríade solo-população-recurso, bem próximo ao conceito de geografia humana de Sorre (1984), que entende a disciplina do espaço como domínio e extensão de áreas por limites e ocupação do homem. Ou seja, próximo ao que entendemos como território hoje como apropriação e domínio (área-rede, multiescalaridade e (i)material), sendo que para Sorre (1984), nos primórdios a noção de território está balizado pela tríade equilíbrio-habitat-recurso (área de extensão do homem). Tanto Ratzel, quanto Sorre,

Outros trabalhos relacionam mobilidade e instabilidade, com características próximas ao conceito de Max Sorre, reveladoras na exemplificação da análise na perturbação do habitat/moradia e das condições de trabalho. Nesse sentido, para Guedes (2013), a mobilidade espacial do campesinato brasileiro apresenta traços de nomadismo (deslocamento como recurso), porém alguns camponeses posseiros, buscam incessantemente a permanência. Com isso, sempre estando em condições adversas ao capital, logo se desterritorializando constantemente (perda do domicílio, conflito com o patrão, mal remuneração, trabalho insalubre, perseguições, entre outros).

Já Martins (1983, p. 17) afirma que “o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante e é itinerante”. Ao nosso ver, o camponês por não ter acesso à terra e às formas dignas de *trabalho* vive um constante, frenético e esquizofrênico des-re-territorializar. É dentro deste contexto que compreendemos na mobilidade do migrante (japonês) como colono para o café que somente se tornou sitiante com o trabalho familiar e com a solidariedade da comunidade étnica no Brasil. Logo depois alguns deles realizaram a migração rural-urbana com pequenos negócios no comércio da cidade.

Tradicionalmente a circulação de grupos humanos é objeto de estudo da geografia, conforme Becker (1997), desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos. Desse modo, o homem se põe em movimento seja: a) pela hegemonia do território; b) porque fogem de perseguições étnicas; c) para procuram obter novas terras em outro local; d) por buscarem melhores oportunidades de trabalhos; e) ou simplesmente são nômades. Contudo, os fatores estruturais (econômicos e políticos) condicionam o surgimento e o desdobramento dos fluxos migratórios (inter)nacionais.

Ademais, ressaltamos as migrações internas visando a busca pela (re)territorialização que ocorreram no Brasil, nas décadas de 1950/60, com intensos fluxos populacionais marcados pela crescente concentração fundiária e pela industrialização nos centros urbanos do Sudeste brasileiro. Tal escassez de terras rurais eclodiu em movimentos sociais de resistências como o MST (Movimento dos Sem-Terra). Portanto, os deslocamentos interestaduais deram-se em 1970/80 pelas migrações de nordestinos para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e de sulistas para o Centro-Oeste e Amazônia (BECKER, 1997). Já em 1980/90 emergiu o fenômeno das migrações pendulares (intermunicipais) e emigração brasileira para o centro da economia-mundo (EUA – União Europeia – Japão).

se apresentam numa concepção epistemológica de território naturalista pela ocupação e dominação do homem pelo espaço a fim de buscar a sobrevivência de um povo atrelada ao solo/permanência.

2. Território e mobilidade

Para compreendermos a mobilidade é necessário entender que o território está contido no espaço e vice-versa, sendo o espaço anterior ao território e, por sua vez, o território é um espaço apropriado e determinado por uma relação social que tem ênfase nas relações de dominação. Segundo Raffestin (1993) “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (p. 143). Já a produção territorial que promove mobilidade advém da comunicação entre os modos de produção e o espaço, assentada na construção de malhas, nós e redes para a compreensão da formação territorial. Tal formação esta pautada nas relações de poder⁴ e redes de circulação/comunicação.

J, o território, como política em Gottmann (1973), é abordado como “plataforma para oportunidade do que como um abrigo para a segurança” (p. 534), levando em consideração o desenvolvimento e a soberania que possibilitam a mobilidade territorial pelas políticas migratórias receptivas e pelas políticas públicas dos Estados (Nação, província e município) que assentam o indivíduo no lugar. Ora promovendo acesso à propriedade e às condições de subsistências dos migrantes, ora “facilitando” o acesso aos meios de produção dos trabalhadores em nichos de mercados (bens de consumo não duráveis e bens de capital). Aqui, a mobilidade territorial é tratada como movimento de força de um coletivo no território, que faz o migrante e o Estado criarem estratégias para a territorialização e/ou mobilidade social, dependendo do processo histórico e das condições do capitalismo vigente - favorável ou não ao alienígena/estrangeiro.

Dentro de uma perspectiva de um território que visualiza o sujeito, Haesbaert (2004) apresenta, assim como Gottmann (1973), o território pela vertente jurídico-político, tendo ênfase no Estado, nas instituições e nos grupos sociais que apropriam e dominam os espaços geográficos. Porém, a vertente política não pode ser analisada sozinha, mas em consonância com a vertente econômica (produção material das corporações global/local e contradição social) e a vertente cultural (simbólica e idenitária). O território contemporâneo (globalizado, fragmentado e em constante

⁴ Duas outras abordagens avançam na discussão das relações de poder no/do território. Michael Foucault (1985) considera o poder para além do Estado (instituições, empresas, cotidiano, entre outros). Já Marcelo Lopes de Souza (1995), numa outra concepção, estabelece as relações de poder no campo de tensão (conflito) balizado pelas diferenças culturais de grupos sociais distintos, superando, assim, as teias de relações do Estado. Porém, Raffestin (1993) faz uma crítica a Ratzel sobre o poder máximo do Estado desconsiderando outras formas de poder que emerge da sociedade. Entende a relação de poder a partir de dois atores: “o ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para “produzir”, *latu sensu*, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc. [...] um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41).

movimento) tem centralidade numa visão integradora, pois a leitura do território não pode ser considerada econômica e nem estritamente política. Ele deve ser analisado pelas diferentes vertentes proporcionando formas de usos sócio territorial variadas, sob múltiplas mobilidades. Assim, o território é zona (área, fronteira e limite), o território é rede (espaço-tempo, movimento, fluidez e interconecção) e o território é aglomerado de exclusão (área de desordem social e pobreza estrutural). Com a globalização, destaca-se o processo de desterritorialização⁵ (econômico-político) e reterritorialização (político-cultural) de grupos sociais e empresas na escala mundial/local, sob um ritmo frenético de criação e destruição de territórios, fazendo emergir a multiterritorialidade dos fenômenos do espaço geográfico. Por fim, o conceito de território, em Haesbaert (2004), tem centralidade nas dimensões política e cultural.

Em outra perspectiva, Saquet (2003) colabora destacando não somente as vertentes político-cultural, mas também a econômica, por que o território é constituído de relações sociais e (i)materialidade, tendo a mobilidade e permanência como dialética.

Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes as relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização (p. 24).

Por sua vez, numa relação intrínseca com o conceito de tempo e espaço Saquet (2003) apresenta quatro possibilidades para compreender o território: a) relações de poder; b) redes de circulação e comunicação; c) identidades simbólicas e culturais; e, por último d) a natureza exterior ao homem. O território é marcado pelo resultado do processo histórico das relações sociais. É produto e condição de articulação existente entre o tempo histórico e os coexistentes. Além do mais, o

⁵ A mobilidade populacional para o trabalho, que está diretamente envolvida na produção do território por meio da TDR (desterritorialização, reterritorialização e territorialização), devido aos processos históricos desiguais e contraditórios da expansão do capitalismo vigente. Para Saquet (2003), [...]simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é recriado no novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização, acontecida com os [migrantes italianos] no Brasil e com as migrações internas (p. 39). Vale apenas ressaltar, que as referências geográficas sobre a matriz da des-re-territorialização têm relevo nos trabalhos de Giles Deleuze, Felix Guattari e Claude Raffestin.

território integra as múltiplas dimensões: econômica, política, social e cultural. Por isso, o território é móvel, dinâmico e multidimensional⁶ está sempre em constante transformação como o movimento da sociedade e do espaço geográfico.

Assim, as reflexões realizadas aqui pelos autores supracitados acima sobre território-mobilidade e suas derivações pelas TDR's (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) tem centralidade no pensamento geográfico (inter)nacional via abordagem crítica do território mediante a perspectiva multidimensional, escalar e inter-temporal.

3. Território, rede e mobilidade

A noção de mobilidade, a partir do trinômio território-rede-técnica, tem relevo na produção do espaço geográfico em Santos (2009), considerando a escala global/local. Esse espaço geográfico acontece por intermédio das relações sociais, da natureza, da artificialidade e do conhecimento devido ao tempo-histórico e das coexistências pela análise da totalidade do espaço. De modo sintético, o autor compreende que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideramos isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (p.50). As ações estão associadas ao processo social que materializam em que produtos, do outro lado, os objetos são as representações das coisas, estando ambas em constante transformação.

Tais sistemas se apresentam no território usado, sendo sinônimo de espaço geográfico, tendo o conteúdo de cunho técnico e social para apreender as formas espaciais dos objetos e das ações (*movimentos/mobilidades*) pelo meio técnico-científico-informacional⁷, por uma configuração territorial⁸ racionalizada e normatizada.

Os sistemas de objetos compõem os fixos que são territoriais e presentes na superfície (prédios, edificações, ruas, casas entre outros) por meio de construções humanas que favorecem o quadro da vida. São também objetos técnicos com sua base material de infraestrutura, como energia (hidrelétrica, indústria petroquímica, etc),

⁶ “Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variações, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente” (SAQUET, 2006, p. 83).

⁷ O meio técnico-científico-informacional emergiu em meados da década de 1970, tendo centralidade na junção da ciência com a técnica, dando ênfase para a relevância da informação que adquire um papel primordial na lógica de acumulação e reprodução ampliada do capital (SANTOS).

⁸ “A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 2009, p.62).

transporte (auto-pistas, portos, aeroportos, etc), informação (computador, internet, etc) e comunicação (telecomunicações). Tais objetos técnicos são os fixos/fluxos territoriais que foram construídos por processos históricos contraditórios e intencionais interligando os espaços geográficos locais e distantes pelo movimento (bens materiais e imateriais), característico do período atual da velocidade do capital e da informação, acelerando a fluidez territorial do local para o global e vice-versa. Com eles apreendemos o mundo em tempo real pela fusão da ordem temporal com a ordem espacial dos objetos, tendo centralidade nos agentes econômicos e políticos que promovem a competitividade territorial e a guerra dos lugares, pois não são todos os territórios que são dotados de objetos técnicos. Entendemos que para cada fixo muitos outros fluxos foram sendo ativados no território usado⁹, desencadeando redes de conexões contínuas e descontínuas. Sendo, assim, fixos e fluxos dão o tom da dinâmica da sociedade em *movimento*.

As redes estão baseadas no sistema territorial de Raffestin (1984), tendo centralidade nas linhas que interligam e ativam os nós pelos objetos técnicos, em algumas localidades da superfície e não na sua totalidade, em especial as áreas mais dinâmicas da densidade econômica, favorecendo, assim, o transporte e a circulação de materiais (pessoas, bens e serviços). Para uma estratégia de poder territorial (político e econômico) é necessário desenvolver a comunicação/informação e a circulação, pressupondo a existência da rede buscando a inteiração espacial para a mobilidade/circulação. Conforme, Santos (2009, p 270), “a existências das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço”.

Todavia, a rede está no território, sendo a base da fluidez espacial e, sobretudo, essa técnica tem seu acúmulo de conhecimento, convergindo ao conceito difundido de meio técnico-científico-informacional. A idade dos objetos técnicos mostra a sua contribuição para a sociedade pelo *movimento* pela sua longevidade, distribuição, funcionamento, controle e regulação. Com isso, temos três momentos da técnica na produção e na vida: a) pré-mecânico, estrutura a circulação na rede de pequenas cidades com consumo limitado e poucos itens trocados; b) mecânica intermediário, o consumo se amplia moderado e o Estado controla indiretamente o mercado mundial; e, c) fase atual, predomínio do período técnico-científico-informacional pelas redes técnicas e objetos que conecta a economia mundial. Para

⁹ O território são as formas, mas o território usado são os objetos e as ações, sinônimo de um espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos técnicos dão se não uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas e normatizadas (SANTOS, 2009).

Santos (2009), existem duas matrizes de redes: a) as redes técnicas são todas as infraestruturas que permite o transporte de matéria por pontos terminais; b) já a rede social compreende as pessoas, mensagens e valores. Nesse sentido, a rede é uma mera abstração criada pelo homem estimulando a produção e circulação, não sendo uniforme em todos os espaços.

E onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta o seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento (SANTOS, p. 2009, 268).

Tudo isso pode ser visualizado pelo período da globalização que altera o padrão geográfico, favorecendo a circulação de determinados lugares, dando ênfase nos fluxos e na inovação dos produtos. A ciência espacial é valorizada pelas grandes corporações que se organiza(m) em rede para difundir a informação e comunicação dando mobilidade ao capital e suas formas de acumulação. Logo, elegem os pontos/nós para a reprodução ampliada do capital gerando a guerra dos lugares. O espaço tecnificado tem no Estado um dos grandes produtores de fixo territoriais para a difusão da rede técnica e social. Logo estimula a velocidade da circulação e informação.

As redes sociais dos migrantes na modernidade criam e recriam novos territórios e estratégias de sobrevivência na escala internacional (EUA – União Europeia – Japão). Estabelecem percursos (circulação) e nós (parada estratégica e orientação/informação para um novo destino ou *permanência*) na busca por proteção/segurança, no caso dos refugiados e dos imigrantes “ilegais”. Já os outros trabalhadores procuram lugares para ganhar dinheiro no mercado de trabalho da sociedade de destino. Tal rede tem como laços/vínculos a solidariedade e a afetividade, estando em complementariedade as redes técnicas e seus objetos. Santos (2005) compreende esse movimento migratório de forma geográfica da seguinte forma:

[...] O território *usado* indistintamente por todos os homens, articulado ao movimento da população no espaço internacional, é rico em possibilidades. A rede forma um espaço social onde é tecida uma variabilidade de ações intersubjetivas, com relações de poder, conflito, consenso, força, dissenso e sentimentos de solidariedade e compaixão. Nesse sentido trazem a dimensão do território à rede social implica inserir a política, não só a institucional, mas a que se faz no espaço imediato/cotidiano da migração. Colocar o território no ponto nodal, significa sobretudo reconhecer que o movimento da

população é um dos elementos fundamentais da história do território e, ao se territorializar, a migração torna-se uma questão da sociedade e não só dos migrantes em sua invisível rede de solidariedade doméstica (p. 70).

Portanto, essas redes sociais são fortemente difundidas nas ciências humanas, mas, na obra de Milton Santos e análises não consideram as redes como técnicas/sociais, nem tão pouco, compreende o território e sua abordagem territorial (TDR). Sua análise de território é reduzida à proximidade/distância, relações de vizinhas, enraizamento, controle e conflito (SANTOS, 2005). Deixando de lado a produção espacial que compõem o lugar e o território no qual estão inseridas as redes migratórias.

As redes técnicas e sociais produzem interações espaciais que fomentam a dinâmica do *movimento* entre territórios, conforme a complexidade e intensidade dos fluxos que se interagem por funcionalidades e assimetrias, a partir de centros urbanos e suas *hinterlândias*, tendo diferenciações entre as cidades.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades. (CORRÊA, 1997. p. 279)

Desse modo, as transformações nas interações espaciais se deram pelas mudanças: nas funções urbanas, no processo de urbanização, na melhoria dos transportes (ferroviário, rodoviário e aeroviário), na difusão da comunicação (telégrafo, telefone, satélite e internet) e na microeletrônica (computador e biotecnologia). Para Corrêa (1997), as interações geram um duplo e complementar processo, o de especialização e o de integração, alterando a natureza, a intensidade e os padrões espaciais de interações. Essas interações espaciais acontecem na escala da curta e da longa distância entre as cidades¹⁰ de magnitude semelhantes, envolvendo um complexo fluxo de mercadorias, pessoas, capital e informação que são resultado do capitalismo moderno vigente.

Tal mobilidade (socio)territorial tem sua estrutura de noção/conceito na tríade território-rede-meio técnico-científico-informacional que explica o movimento das pessoas e do capital pelas interações espaciais e pelas diversas escalas geográficas (local/global) no capitalismo contemporâneo. Sendo assim, neste ensaio nos interessa a mobilidade dos indivíduos e grupos sociais entendidos como migrantes que tem no

¹⁰ A rede urbana é uma forma espacial, isto é, uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades. (CORRÊA, 2004, p. 37)

seu deslocamento no espaço questões provocadas por aspectos econômicos com rebatimentos no mundo do trabalho¹¹. Como nos lembra Gaudemar (1979), nem toda mobilidade é migração, pois a mobilidade normalmente é fluxo de capital e mercadoria que pode significar a instalação de uma fábrica em um dado território podendo (ou não) gerar movimentos de pessoas. Já a migração implica na mobilidade espacial/territorial de pessoas de um lugar para o outro. Tudo isso gera na contemporaneidade processos de desterritorialização e reterritorialização, aponta Haesbaert (2004), sendo um campo fértil para os estudos de mobilidade.

4. Da mobilidade espacial à mobilidade social: o trabalho em questão

A mobilidade do trabalho¹², para Guademar (1979), pode ser entendida como mobilidade dos homens (capitais humanos) que, ao mesmo tempo, é mobilidade dos serviços (dos seus trabalhos). Sendo mobilidade dos homens, ela é mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (migrações, formações profissionais). Sendo mobilidade dos seus trabalhos são móveis e são imóveis, conduzindo, assim, às formas cotidianas da divisão social do trabalho e a circulação dos trabalhadores. Dentre deste contexto, alguns imigrantes dentro da sociedade de destino (mobilidade espacial) conseguem pelo trabalho um acúmulo de capital e uma ascensão social (mobilidade social).

As ciências sociais, em especial a sociologia e a economia, compreendem a mobilidade social pelas classes sociais e a estratificação ocupacional, porém ambas não têm o trato territorial e espacial em suas análises. Cabendo ao geógrafo entrar nesse debate. Além dos deslocamentos de um território para outro território, também temos que levar em consideração a mobilidade profissional do migrante dentro deste novo território. Nesse sentido, emerge o trabalho de Pastore (2001) que aborda a mobilidade social quando analisa os processos da pirâmide social em dois momentos: origem ocupacional e destino ocupacional. Quando verificamos a situação ocupacional e destino ocupacional do indivíduo em relação ao seu pai temos a mobilidade intergeracional. Portanto, para Scalon (1999), essa mobilidade não se restringe apenas ao aspecto ocupacional, mas, sobretudo no que diz respeito ao ganho na mobilidade de renda, da educação e das classes sociais.

¹¹ Como uma segunda condição o migrante realiza sua mobilidade para o consumo e para o lazer gerando outro padrão de deslocamento espacial.

¹² A mobilidade espacial da força de trabalho representa na sua essência o ápice da reprodução capitalista, sendo que a migração não é determinada por ações individuais, mas por um conjunto de fatores que atendem as demandas do capital. Desse modo, o indivíduo é obrigado a se sujeitar as normas da (i)mobilidade impostas pelo capital, vendendo, assim, o seu único produto a sua força de trabalho (GAUDEMAR, 1977).

A mobilidade social se diferencia da mobilidade espacial, porém ambas estão intensamente articuladas numa simbiose. Jannuzzi (2000) entende a mobilidade espacial a partir dos deslocamentos geográficos das pessoas de duas formas: a) melhorar as condições de vida; e, b) a busca pela sobrevivência. Nada mais que deslocamento numa dada superfície em que o espaço não altera a superestrutura. Para Pastore (1979), a mobilidade espacial pode levar à condição de mobilidade social, na maioria dos casos, dependendo da conjuntura econômica internacional e do grau de especialização do migrante para se inserir no mercado de trabalho. Normalmente, a mobilidade social ocorre por oportunidades de rendimentos oferecidas na sociedade de destino. Os indivíduos que migram para outros municípios procuram alcançar *status* sociais mais alto do que os que permanecem no seu local de origem.

Por sua vez, Jannuzzi (2000) apresenta três fatores que contribuem para a mobilidade social no Brasil: a) industrialização; b) oportunidade educacional; e, migração rural-urbana. Logo, essas mudanças dadas pela industrialização e pela dinâmica dos serviços geram expectativas para mobilidade social com a criação de novos empregos, investimentos em educação e possibilidade de galgar uma melhor posição social

Sobre mobilidade geográfica, Levy (2002) tem um texto que nos ajuda a compreender a mobilidade para além do deslocamento de pessoas, incluindo a mobilidade como possibilidade de ascensão social. Vejamos,

[...] a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares. Por essa definição, excluimos duas outras opções: aquela que reduziria a mobilidade ao mero deslocamento (COUTRAS, 1999), eliminando assim as suas dimensões ideais e virtuais, e aquela que daria um sentido muito geral a este termo, jogando com as metáforas (tal como a “mobilidade” social ou extensões incontroladas (a comunicação, por exemplo) (p.7).

A mobilidade na contemporaneidade apresenta elementos para além do deslocamento, tendo centralidade no meio técnico-científico-informacional sob o viés da difusão da velocidade das ideias/valores. Essa mobilidade do trabalho, segundo Gaudemar, reúne duas dimensões: espacial (horizontal) e a social (vertical). A mobilidade espacial pode conquistar diversas escalas no espaço geoeconômico do mercado de trabalho, trazendo a possibilidade de mobilidade vertical (BECKER, 1997), sabendo-se, assim, que quanto maior a renda do trabalhador migrante mais acesso o mesmo tem às diversas formas de (des-re) territorialização.

Considerações finais

De modo geral e nas ciências humanas, em particular, o deslocamento de população pode ser visualizado pela dinâmica da circulação na superfície terrestre de um território área-zona, com restrição da mobilidade à uma forma banal, ou seja, simplesmente à saída de um lugar para outro lugar. No entanto, a geograficidade é dada praticamente como se fosse uma cartografia (localização – plana e horizontal), onde o espaço não é um agente que altera e é alterado pelas relações sociais, como: a política, a cultura, a economia e a natureza. Grande parte dos estudos sobre o conceito de mobilidade não apresentam a produção das formas espaciais dos migrantes/trabalhadores. Sendo o espaço receptível ao(s) movimento(s) e não, apenas, como promotor(res) da mobilidade/imobilidade dos sujeitos como nos propõem a geografia, por uma análise da mobilidade populacional pelo território-rede-cultura.

Nesse sentido, compreendemos que o *espaço da mobilidade* na geografia pode ser da circulação em que pessoas e bens se deslocam no espaço banal sem vínculos com os lugares devido às condições e contradições do capitalismo¹³. Já o território da mobilidade na ciência da produção do espaço é o *movimento* capturado pela produção territorial do indivíduo e/ou grupo social pelo *trabalho* que é determinado pelos lugares que favorecem a permanência (fixação/enraizamento/territorialização), numa dada formação sócio espacial distinta, criando territórios propícios para reprodução social e biológica. No entanto, visualizamos que exercer *trabalho* é uma das formas de apropriação e dominação do território, como nos diria Raffestin (1993), propícia aos processos de territorialização (político e econômica) efetivados pelas redes técnico/sociais para compreender-se a relação dialética mobilidade-permanência dos indivíduos e/ou grupos sociais em determinados territórios no período da modernização e da globalização.

Em suma, compreendemos a mobilidade na geografia pelo território e pelas redes/objetos técnicos articulados com o *trabalho* (a informação/circulação/energia), em Raffestin e, o meio técnico-científico-informacional, de Santos. Já, a ascensão social/vertical na mobilidade territorial, está assentada ao uso do conceito de Pastore de que a mobilidade social ocorre por melhores oportunidades de rendimentos. Desse modo, a TDR de Raffestin (1993) se faz necessária para o assentamento/arraigamento do migrante no território, sendo que o conceito de *permanência* tem relevo na territorialização (político e econômico em Raffestin, Haesbaert e Saquet) e a sua

¹³ Historicamente, com o conflito capital trabalho criou um exército de reserva que está em constante movimento a partir do momento em que os trabalhadores não detêm mais os meios de produção, estando sujeito a mobilidade para o trabalho.

efetivação espaço-temporal advém da estabilidade/equilíbrio do homem ao meio (via *ecúmeno* de Sorre e *abrigo/segurança* em Gottman) dado pelo modo de produção vigente no lugar, ocasionando melhores condições de reprodução/sobrevivência social e biológica dos forasteiros (*outsider*)¹⁴.

Referências

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias e contextos. INÁ, E. C *et al* (Orgs) *Explorações geográficas: percurso no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas: percurso no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *A Rede Urbana*. São Paulo : Atica, 2004

GAUDEMAR, P. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

GOTTMAN, Jean. Evolução do conceito de território: *Boletim Campineiro de Geografia*, v.2, n.3, 2012.

GUEDES, A. D. O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond, 2013.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

JANNUZZI, P. M. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas: Autores Associados, 2000.

LÉVY. Jacques. Os novos espaços da mobilidade. Niterói: *GEOgraphia*, n. 6, 2002.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise no Brasil Agrário*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiróz Editor, 1979.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

¹⁴ O conceito de territorialidade não está explícito no artigo de forma direta, mas é contemplada indiretamente pelo conceito de trabalho e as suas relações sociais oriundas pelas TDR's (des-territorialização/territorialização//reterritorialização) e pelos aspectos político, econômico e cultural na produção do espaço geográfico.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Ed. EST, 23/2001.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: Padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

SORRE, Marx. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: MEGALE, J. F.; FERNANDES, F. (Orgs): *Max Sorre*. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (et al) (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

RIBEIRO, C. A. C. *Estrutura de classes e mobilidade social no Brasil*. Bauru/SP: Edusc, 2007.

Recebido em: outubro/2016.

Aceito para publicação em: dezembro/2016.